

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No final do ano de 2010, o Sector Empresarial do Estado no sector dos Transportes Públicos acumulava uma dívida de 16,7 Mil Milhões de euros, equivalente a cerca de 10% do PIB Nacional, consumindo naquele ano cerca de 590 Milhões de euros só em juros.

Salários e postos de trabalho das empresas públicas de transportes estavam em risco com o sector a operar em falência técnica, situação que a lei Nacional, não permite a nenhuma empresa privada.

Quando o Governo socialista de então pediu assistência técnica e financeira à União Europeia, assinou um Memorando de Entendimento com a 'troika' em Maio de 2011, obrigando-se perante aquela a proceder a uma profunda reestruturação e racionalização deste sector em crise, por forma a torná-lo sustentável, a conferir-lhe uma gestão equilibrada, permitindo-lhe prestar um serviço público de qualidade.

O anterior Governo PSD/CDS, empreendeu esta mudança respeitando os compromissos existentes, procedendo à racionalização da atividade e explorando sinergias várias na reestruturação das empresas deste sector nos diversos modos de transporte.

Ao lançar a subconcessão da sua atividade em Lisboa e Porto foram agregadas empresas fluviais, do metropolitano e da rodovia, proporcionando condições de operação e exploração que não só eliminavam o encargo anual para o erário público como transferiam a responsabilidade na realização programada de investimento de renovação das respetivas frotas para os privados.

Na primeira avaliação de Bruxelas à "execução das recomendações específicas por país para

2015" por parte do Conselho Europeu no âmbito do novo ciclo do Semestre Europeu (2016), o estudo do grupo de trabalho divulgado em Fevereiro deste ano destacava alguns aspetos relevantes:

«Registaram-se também algumas melhorias a nível da sustentabilidade financeira das empresas públicas, mas os técnicos torcem o nariz com a 'inversão parcial da privatização da TAP', porque esta "pode implicar riscos orçamentais".

E ainda com "o cancelamento da atribuição de concessões de transporte urbano em Lisboa e Porto" que "terá um impacto orçamental imediato durante 2016, uma vez que as economias que supostamente estas concessões trariam não se materializarão". "As escolhas políticas no setor dos transportes precisarão de ser secundadas por medidas que assegurem a viabilidade financeira destas empresas públicas", avisavam.

O Governo atual ao pôr irresponsavelmente em causa as soluções encontradas pelo anterior Governo na decorrência do referido Memorando de Entendimento assinado por outro Governo socialista, lançou de novo a incerteza quanto ao futuro do sector dos transportes e criou dificuldades acrescidas ao seu funcionamento sendo já visíveis alguns resultados negativos dessa atuação e suscitando muitas interrogações.

Ao anunciar a intenção de reverter o processo das subconcessões de transportes nas regiões do Porto e de Lisboa, o Governo travou uma solução para as contas públicas e para os portugueses.

Acrescentou além disso os riscos e os custos de uma litigância certa em tribunal com as entidades preteridas, e sem que tenha oferecido sequer uma solução alternativa àquela que ideologicamente se apressou a pôr em causa.

Um novo passo está a ser dado com a intenção do atual Governo de reconstituir as Administrações pré-existentes naquelas empresas, reativando custos previamente eliminados, e sem que se vislumbre o investimento público prometido por este Governo, num momento em que o sector, as Administrações, os Utentes e os Sindicatos se queixam particularmente da falta de manutenção das frotas e da continua degradação do serviço publico.

Foi concretizada a grande aposta do Governo, a municipalização do serviço de transporte prestado pela CARRIS de Lisboa, opção que tem levantado interrogações e suscitado reações adversas, de resto também divulgadas na comunicação social, desde logo pela:

- Controvérsia Nacional, "O Contribuinte paga a dívida da Carris. A Câmara de Lisboa faz descontos para os utentes na região.

- eventual possibilidade de subconcessão por parte da Câmara Municipal de Lisboa, sem garantia de manutenção do serviço prestado nos moldes atuais;

- colocação em causa da existência de um Sistema integrado de transportes de toda a Área Metropolitana de Lisboa;

- legitimidade de um só município, no caso Lisboa, no limite poder decidir sobre a criação ou mesmo manutenção de linhas de transporte nos concelhos limítrofes atualmente assegurado pela empresa CARRIS, nomeadamente Amadora, Loures, Odivelas e Oeiras.

- Porque o senhor Ministro do Ambiente no contexto da discussão do Orçamento de Estado para 2017, quando instado a responder a estas questões, nomeadamente a garantir que estas ligações não estarão em causa no processo de municipalização em curso na CARRIS, não respondeu.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm solicitar ao Ministro do Ambiente, através de V. Exa., resposta às seguintes questões:

1 - Confirmada a assinatura do Memorando com vista à Municipalização da CARRIS, que desde já solicitamos cópia, através da atribuição e/ou transferência da gestão da CARRIS para a Câmara Municipal de Lisboa, está o Senhor Ministro em condições de assegurar que no âmbito do acordo, não será possível à Câmara Municipal de Lisboa proceder à subconcessão da empresa, à semelhança do que já aconteceu com outras empresas no Município, alegando dificuldades financeiras?

2 – Estão asseguradas e garantidas e continuidade das ligações atualmente existentes aos concelhos limítrofes?

3 – Pode garantir que a capacidade de decisão sobre a criação ou manutenção de ligações de transporte de passageiros envolvendo a CARRIS nunca estará na exclusiva dependência da decisão de um único município?

4 – Neste novo enquadramento que papel ficará acometido à Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 30 de Novembro de 2016

Deputado(a)s

CARLOS SILVA(PSD)

LUÍS MARQUES GUEDES(PSD)

SANDRA PEREIRA(PSD)

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

ANTÓNIO COSTA SILVA(PSD)

FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO(PSD)

JOEL SÁ(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

LUÍS VALES(PSD)

NUNO SERRA(PSD)

CARLA BARROS(PSD)

ANTÓNIO TOPA(PSD)

PAULO NEVES(PSD)